



Perfil da agricultura e dos mercados de orgânicos no Brasil

A profile of organic farming and markets in Brazil

Andréia Vigolo LOURENÇO^{1*}, Marcio GAZOLLA², Sergio SCHNEIDER¹

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

² Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Pato Branco, PR, Brasil.

* E-mail de contato: andrea.vigolo@gmail.com

Artigo recebido em 28 de março de 2022, versão final aceita em 18 de agosto de 2022, publicado em 24 de novembro de 2023.

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar qualitativa e quantitativamente os dados estatísticos oficiais sobre a produção orgânica no Brasil e relacioná-los com tendências de consumo, de forma a explicitar mudanças ocorridas nos mercados alimentares de orgânicos brasileiros nos últimos anos. Para tanto, foi realizado um levantamento a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017, complementado por séries históricas do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Além disso, foram levantadas informações sobre os mercados de orgânicos no país, bem como pesquisas que pudessem contribuir para a análise da dinâmica tanto da produção quanto do consumo de orgânicos. A análise dos dados do Censo apontou que os estabelecimentos com agricultura orgânica correspondem a 1,28% do total no país, compondo um perfil preponderante de estabelecimentos com área até 20 hectares. Os produtores orgânicos são, em sua maioria, agricultores familiares, proprietários de terras, com pouca orientação técnica. A análise dos dados evidencia um crescimento tanto do número de produtores certificados quanto dos mercados de orgânicos, uma heterogeneidade da agricultura orgânica e uma complexidade nas dinâmicas dos mercados que os dados analisados e disponíveis no país não permitem entender por completo. Aponta-se, a partir disso, para a necessidade de amplificação das informações sobre produção orgânica pelo IBGE, tendo em vista uma possível imprecisão da relevância da produção e dos mercados orgânicos no país.

Palavras-chave: mercados orgânicos; agroecologia; Censo Agropecuário 2017; Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos; agricultura familiar.

ABSTRACT: This article presents a both qualitative and quantitative analysis of official statistical data on organic farming in Brazil, relating them to consumption trends to explain changes occurred in Brazilian organic food markets in recent years. To this end, a survey was carried out based on data from the 2017 Agricultural Census, added to

time-series data from the National Registry of Organic Producers. In addition, information on organic markets in the country was collected, and research literature relevant to the analysis of organics' both production and consumption dynamics was reviewed. Census data analysis showed that agricultural establishments that perform organic farming correspond to 1.28% of total farms in the country, comprising a prevailing profile of farms with an area of up to 20 hectares. Organic farmers are mostly family farmers who own their land and count on little technical support. Data analysis shows a growth in the number of both certified farmers and organic markets. It also reveals heterogeneity in organic farming and a complex dynamics of the markets, which cannot be fully understood by analyzing just the data currently available in the country. Therefore, a need for enhancing the information on organic farming by IBGE was identified, in view of a possible inaccuracy of the relevance of organic production and markets in the country.

Keywords: organic markets; agroecology; 2017 Agricultural Census; National Registry of Organic Producers; family farming.

1. Introdução

De acordo com a Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM), a produção orgânica mundial vem se expandindo progressivamente. Conforme apontado em seu último relatório, nos últimos 20 anos a agricultura orgânica mundial se expandiu de 11 milhões para 74,9 milhões de hectares, e de 200 mil para 3,4 milhões de agricultores em 2020. Só no ano de 2019 o incremento foi de 300 mil agricultores e 2,6 milhões de hectares de área em produção. Já no que diz respeito ao mercado de orgânicos, em 2020 ele representou um total de 106,4 bilhões de euros, expressando um incremento de 9,7 bilhões em relação ao ano anterior (IFOAM/FIBL, 2022).

Ainda de acordo com o relatório, nesse contexto o Brasil se destaca como o maior mercado para produtos orgânicos (alimentos e bebidas) na América Latina, com um valor estimado de vendas de 778 milhões de euros em 2016, sendo a fatia das exportações calculada em 126,5 milhões. O país desponta também com o maior número de colmeias orgânicas (aproximadamente 630 mil) e a segunda maior área com produção de café orgânico no globo (4.500 hectares).

Em contrapartida, se por um lado o Brasil se destaca em termos de área com produção orgânica (12º no ranking mundial, com 1.319.454 hectares), apresentando um crescimento de 92% nos últimos dez anos, por outro lado o país fica entre os últimos no mundo quanto à sua proporção no total das áreas de produção: 0,6%. Esses dados justificam a importância de estudos que se aprofundem sobre a temática dos orgânicos no Brasil, além de levantar questões acerca de uma possível capacidade de expansão desses sistemas de produção e mercados no país.

Embora os dados do IFOAM sejam estimados com base nas estatísticas de órgãos oficiais do país, uma análise aprofundada pode apontar elementos mais precisos sobre a dinâmica da agricultura orgânica e seus mercados no Brasil. Diante disso, emergem as seguintes questões: quantos são, quem são e quais são as características socioeconômicas dos produtores orgânicos do Brasil? Quais as condições de organização e de acesso à orientação técnica? O que produzem e como vendem? Tendo como ponto de partida essas indagações, o objetivo do presente artigo é contribuir para a compreensão dessa realidade, analisando qualiquantitativamente

os dados estatísticos oficiais sobre a produção e certificação orgânica¹ no Brasil e relacionando-os a tendências de consumo.

Para tanto, a sistematização das informações partiu precipuamente de dados secundários disponíveis na base do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao Censo Agropecuário de 2017. As informações foram obtidas por meio do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA), tendo como recorte analítico todas as tabelas que dispunham de dados sobre agricultura orgânica, as quais foram sistematizadas por meio do Software Microsoft Excel.

O Censo Agropecuário é realizado no Brasil desde a década de 1920 e vem passando por alterações metodológicas que buscam captar com maior precisão as transformações ocorridas no contexto agropecuário nacional (IBGE, 2019). Nesse sentido, a base de dados do IBGE é a mais ampla disponível em termos de agricultura orgânica, uma vez que essa informação foi adicionada nos dois últimos Censos Agropecuários (2006 e 2017) e contempla todos os municípios brasileiros. Entretanto, quando inadvertidamente comparados, os dados apontam para uma redução drástica no número de estabelecimentos com produção orgânica, em consequência de alterações metodológicas nesses levantamentos de dados.

As mudanças que acarretaram essa redução estão relacionadas particularmente a cinco aspectos metodológicos que foram acrescentados no Censo 2017:

a) o período de referência para a coleta dos dados voltou a corresponder ao ano agrícola (1º de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017);

b) a quantificação de áreas não contínuas como sendo equivalentes a um mesmo estabelecimento agropecuário;

c) os estabelecimentos agropecuários sob regime de comodato foram considerados como distintos para cada uma das áreas ocupadas pelos herdeiros;

d) a produção e/ou criação de pessoal empregado dentro do estabelecimento passou a não ser mais contabilizada como “produtores sem área” e nem suas áreas contabilizadas como estabelecimentos distintos;

e) o enquadramento dos estabelecimentos na categoria agricultura familiar (AF), a partir do Decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017 (IBGE, 2019), que excluiu da categoria estabelecimentos com predomínio de renda de atividades de fora da unidade de produção (famílias pluriativas e com rendas não agrícolas) e também aqueles com crescimento do uso de mão de obra contratada (Del Grossi *et al.*, 2019).

No que se refere à quantificação dos estabelecimentos que fazem a prática da produção orgânica no Brasil, além das mudanças metodológicas referidas, houve alterações específicas em termos de aplicação do questionário. No Censo Agropecuário de 2006, a questão “fazer uso da agricultura orgânica” foi aplicada em todos os estabelecimentos agropecuários. Já em 2017, a inclusão da questão a respeito da agricultura e/ou pecuária orgânica

¹ Embora neste artigo se mencione a expressão “certificação orgânica”, a forma mais precisa de se referir a um sistema de produção que esteja enquadrado na Legislação de Orgânicos é afirmar que ele possui uma “garantia da qualidade orgânica”, conforme preconizado na Instrução Normativa nº 19/2009.

ocorreu apenas quando observadas duas condições no recenseamento²:

- a) da resposta negativa a respeito do uso de agrotóxicos e/ou adubação química;
- b) somente com produtores que foram enquadrados nas seguintes categorias: produtores com área (nas categorias proprietário de terras próprias; assentado sem titulação definitiva; arrendatário; parceiro; comodatário; ocupante) e produtores sem área (apenas nas categorias “produtor que produziu em terras arrendadas, em parceria ou ocupadas, mas que não estava com o uso da mesma” e “outra situação”).

Em contrapartida, não foram contabilizados³ os produtores sem área nas categorias:

- a) produtor de mel;
- b) extrativista;
- c) criador de animais em beira de estrada;
- d) produtor em vazantes de rios, roças itinerantes, beiras de estradas que não ocupavam a área.

Ainda em relação à metodologia de coleta, é importante frisar que a produção orgânica foi considerada com base na Lei nº 10.831/2003, ao contrário do Censo de 2006 (IBGE, 2017a). Assim,

considera-se como sistema orgânico de produção agropecuária:

Todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (Brasil, 2007, p. 1).

Dessa forma, a identificação da prática de produção orgânica no Censo 2017 levou em consideração apenas os casos previstos na Lei supracitada⁴; somente foram considerados produtores orgânicos os agricultores que possuíam garantia de qualidade de produto orgânico no momento da coleta dos dados. Portanto, isso significa que apenas os agricultores que estariam cadastrados junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)⁵ teriam seus estabelecimentos contabilizados como de produção orgânica.

² Fonte: contato via e-mail com técnica do IBGE.

³ Essa dinâmica estabelecida na aplicação do questionário corrobora para que o somatório entre todas as respostas sobre agricultura orgânica não coincida com o total de estabelecimentos agropecuários. Portanto, a diferença entre o total de estabelecimentos agropecuários e a soma dos estabelecimentos que responderam ao item sobre agricultura orgânica deve ser considerada como uma categoria “não se aplica” (que corresponde àqueles entrevistados que não responderam à questão sobre uso de agrotóxicos, anterior à questão sobre agricultura orgânica) e ficarão mais evidentes na análise dos dados nas próximas seções.

⁴ Não foi considerado como orgânico aquele sistema de produção que, “apesar de não usar adubos químicos e agrotóxicos, não seguia as normas exigidas pelas instituições certificadoras de produtos orgânicos” (IBGE, 2017b, p. 71). Portanto, muitos agricultores não certificados (que tinham sua renda baseada em extrativismo sem certificação; ou produção agropecuária com características orgânicas, porém informal) ou mesmo que estariam em “transição agroecológica” (Caporal & Costabeber, 2004) foram deixados de fora dessa categoria, invisibilizando um conjunto expressivo de agricultores.

Em síntese, houve diversas modificações metodológicas no Censo Agropecuário 2017 que afetaram a quantificação dos estabelecimentos agropecuários com produção orgânica. Por conta destas alterações e pelo fato de que o algoritmo de igualdade entre os censos de 2006 e 2017 ainda não tenha sido implementado pelo IBGE, não é possível realizar comparação confiável entre ambos os levantamentos.

Considerando tais limitações analíticas dos dados do IBGE, optou-se por complementar a análise com uma segunda base de dados: o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) do MAPA. Os dados do CNPO foram obtidos por meio do sítio eletrônico do MAPA e de contato direto com técnicos do Ministério, objetivando a construção de uma série histórica das certificações. É importante ressaltar que não se lançou mão dos dados do CNPO com a finalidade de comparação entre as duas bases de dados, que são completamente distintas (os dados do IBGE tratam de estabelecimentos agropecuários, enquanto os dados do MAPA tratam de cadastros de produtores). O objetivo da análise dos dados do Cadastro foi de buscar compreender como se deu a dinâmica de aumento dos cadastros de produtores orgânicos ao longo dos anos, permitindo evidenciar de forma muito mais precisa a trajetória histórica das certificações no país.

Também foram analisadas informações referentes ao consumo de orgânicos, divulgadas pela Associação de Promoção dos Orgânicos (ORGANIS) e pelo Serviço de Apoio às Micro e

Pequenas Empresas (SEBRAE). Essas informações (SEBRAE, 2018; ORGANIS, 2021a) foram utilizadas como fonte de interpretação da dinâmica de consumo, permitindo compor uma análise mais completa do contexto dos orgânicos no país. Dessa forma, pode-se falar em mercados de orgânicos neste artigo, já que são analisados tanto dados de produção (oferta) quanto de demanda (consumo) desses alimentos no Brasil.

Ademais, foram acionadas pesquisas que corroborassem com a interpretação dos dados. Para tanto, foram também incorporados na pesquisa:

- a) dados publicados pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), referente às Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica;
- b) dados relacionados à exportação de produtos orgânicos para os EUA.

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo está organizado em mais quatro seções. Inicialmente, são analisadas as estatísticas do IBGE, buscando construir um panorama da agricultura orgânica no país. Em seguida, são trazidos à análise os dados sobre a dinâmica dos cadastros de orgânicos e, na terceira seção, são apresentadas informações sobre o consumo de orgânicos. Por fim, são traçadas algumas reflexões a partir da integração entre as informações, apoiando-se na literatura para delinear a dinâmica, complexidade e tendências dos mercados de orgânicos no Brasil.

⁵ A Instrução Normativa nº 19 de 2009 define três mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica no Brasil. Por meio de Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC), o qual pode ser uma Certificadora (estabelece uma certificação por Auditoria) ou Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC, que estabelece a certificação via Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica). A terceira possibilidade permite exclusivamente a venda direta ao consumidor (em feiras ou em compras governamentais, mas sem o direito ao selo Orgânico). Nesse caso, a credibilidade é gerada por uma Organização de Controle Social (OCS). Independente de qual mecanismo de credibilidade é acionado, em todos os três casos esses produtores serão registrados no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) do MAPA.

2. Panorama socioeconômico e produtivo da agricultura orgânica

O Censo Agropecuário 2017 identificou 64.690 estabelecimentos agropecuários que declararam praticar agricultura orgânica no Brasil, o que representa 1,28% do total de estabelecimentos recenseados no país (Tabela 1). A maior fração dos estabelecimentos com agricultura orgânica está na região Sudeste, que detém 30,4% (19.666) de todos os estabelecimentos com essa prática no país. Em termos macrorregionais, o Sudeste e Centro-Oeste destacam-se com 2% do total de estabelecimentos agropecuários com agricultura orgânica, seguidas pelo Sul (1,6%) e Nordeste (0,7%).

Da totalidade de estabelecimentos agropecuários que praticam agricultura orgânica, há um forte predomínio da produção vegetal em comparação

com as demais (Figura 1). Enquanto 36.689 estabelecimentos (57%) dedicam-se exclusivamente à produção vegetal, 17.612 (27%) dedicam-se exclusivamente à animal, além de uma parcela bem menor de 10.389 estabelecimentos (16%) possuindo produção animal e vegetal orgânica concomitantemente. Dentro dessas três categorias, a região Sudeste é a que mais se destaca no âmbito tanto da produção exclusivamente vegetal (29,3% do total da categoria) quanto exclusivamente animal (37,2%), enquanto o Nordeste é proeminente na produção orgânica animal e vegetal (41,2%).

Do universo total de estabelecimentos agropecuários que praticam agricultura orgânica no Brasil, 76,3% (49.330) se enquadram na categoria agricultura familiar (AF) (Tabela 2), proporção que se aproxima dos 76,8% de unidades familiares sobre o total de estabelecimentos identificados pelo Censo Agropecuário 2017. Essa proporção se

TABELA 1 – Distribuição dos estabelecimentos com agricultura orgânica no Brasil e Macrorregiões

Brasil e Grande Região	Total	Uso de agricultura e/ou pecuária orgânica			
		Sim	%	Não	%
Brasil	5.073.324	64.690	1,3	2.689.934	53,0
Norte	580.613	7.935	1,4	391.959	67,5
Nordeste	2.322.719	16.710	0,7	1.499.336	64,6
Sudeste	969.415	19.666	2,0	422.600	43,6
Sul	853.314	13.553	1,6	183.604	21,5
Centro-Oeste	347.263	6.826	2,0	192.435	55,4

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019)⁶.

⁶ É importante salientar que o somatório entre os estabelecimentos que afirmaram realizar a prática de agricultura orgânica (64.690) e aqueles que afirmaram não praticar (2.689.934) não corresponde ao total de estabelecimentos no país (5.073.324). Há, portanto, uma lacuna de 2.318.700 estabelecimentos nos quais não é possível identificar com precisão as práticas adotadas. Tal equívoco metodológico refletirá em todas as demais estimativas, implicando em uma quantificação imprecisa em termos de agricultura orgânica para o ano de 2017 que envolve mais de 2 milhões de estabelecimentos no país.

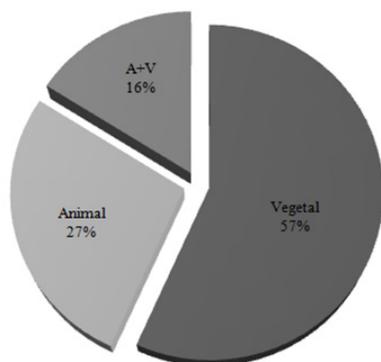


FIGURA 1 – Proporção relativa em termos de produção orgânica vegetal e animal no Brasil.

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

mantém semelhante em todas as regiões, sendo mais expressiva no Norte (83,5%) e no Nordeste (80,1%). Esses dados evidenciam que os agricultores familiares são também os atores sociais protagonistas da agricultura orgânica brasileira. Todavia, seriam

necessários mais dados para afirmar que eles se constituem como os principais responsáveis pelo desenvolvimento do setor em termos de produção, ainda que muitos estudos empíricos apontem para essa direção ou relação (Brandenburg, 2002; Moraes; Oliveira, 2017; Coletto *et al.*, 2021).

O Censo 2017 também separa a AF em três grupos: B, variável (V) e não pronafiano, com base nos critérios de renda bruta anual⁷. A Figura 2 evidencia que, dentre os 49.330 estabelecimentos com produção orgânica enquadrados na categoria AF, a maioria pode ser incluída no Grupo B (70,1%) e a segunda maior proporção está no grupo variável (29,4%). Já os agricultores não pronafianos representam apenas 0,5% dos estabelecimentos familiares com agricultura orgânica. Cabe ressaltar que essa proporcionalidade acompanha os dados mais amplos do Censo sobre os grupos de AFs.

Esses dados também evidenciam que os agricultores familiares que possuem as menores rendas brutas anuais (34.565 estabelecimentos) constituem

TABELA 2 – Enquadramento dos estabelecimentos agropecuários orgânicos no PRONAF.

Brasil e Grande Região	Agricultura familiar			
	Não	%	Sim	%
Brasil	15.360	23,7	49.330	76,3
Norte	1.310	16,5	6.625	83,5
Nordeste	3.325	19,9	13.385	80,1
Sudeste	5.497	28,0	14.169	72,0
Sul	3.323	24,5	10.230	75,5
Centro-Oeste	1.905	27,9	4.921	72,1

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

⁷ Os agricultores familiares do Pronaf B eram aqueles com renda bruta familiar anual de até R\$ 20 mil. Os do grupo V são os agricultores que se enquadram na denominada renda variável. No entanto, a variação é compreendida entre uma renda bruta anual de R\$ 20 mil até R\$ 360 mil. Não pronafianos, por sua vez, são os que extrapolavam a renda bruta familiar anual de R\$ 360 mil em 2017 (IBGE, 2019).

■ PronafB ■ PronafV ■ Não Pronafiano

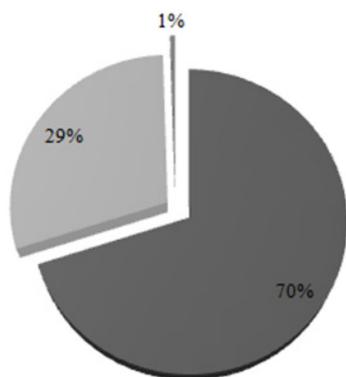


FIGURA 2 – Proporção de estabelecimentos com produção orgânica enquadrados na Categoria Agricultura Familiar, de acordo com o enquadramento no Pronaf.

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

a grande maioria dos estabelecimentos com produção orgânica no país (o que representa uma fatia de 53,4%). Vale registrar que para analisar mais

precisamente a representatividade dessa parcela de estabelecimentos dentro da produção orgânica, seria essencial que o IBGE levantasse mais informações em termos de dados produtivos e/ou de comercialização dos orgânicos.

A análise da situação fundiária no contexto da agricultura orgânica é muito similar à realidade brasileira mais ampla, ao mesmo tempo em que evidencia uma grande diversidade em termos de grupos de área total (Figura 3). Os dados apontam que 69,3% (44.851) dos estabelecimentos agropecuários com produção orgânica no Brasil possuem até 20 hectares (ha) de área total. Dentro desse grupo, sobressaem as áreas de 5 a menos de 10 ha (2.278, o que corresponde a 14,3% do total) e de 10 a menos de 20 ha (2.514, o que corresponde a 15,1%). Entretanto, vale destacar também que há uma proporção considerável de estabelecimentos com área entre 20 e menos de 50 ha (10.029, o que corresponde a 15,5%).

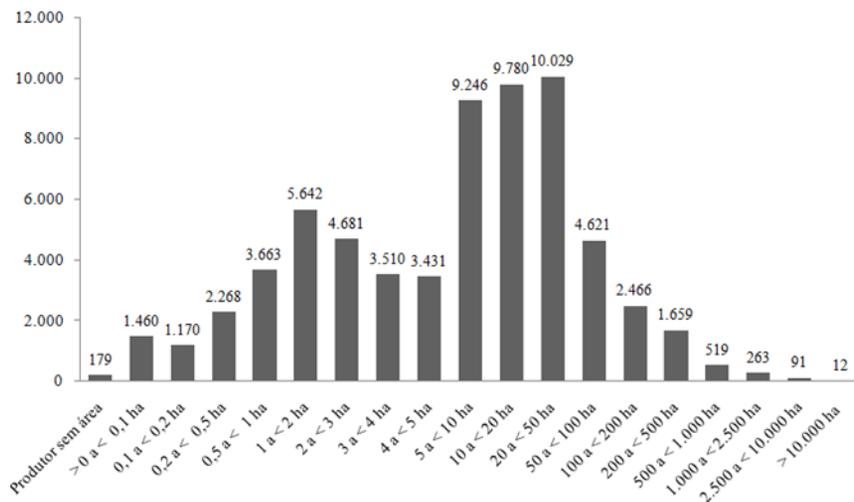


FIGURA 3 – Distribuição dos estabelecimentos agropecuários orgânicos por grupo de área total no Brasil.

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Em relação ao acesso à terra, na agricultura orgânica prevalece a condição de proprietário de terras (81,9%), de forma muito semelhante ao total nacional (que fica em 80,8%). Os concessionários ou assentados ocupam 6,8% do total com agricultura orgânica, seguido pelos comodatários (3,6%), arrendatários (2,8%), ocupantes (2,6%) e parceiros (2%). A prevalência dos proprietários de terras ocorre em todas as regiões do país, ficando todos na faixa dos 80% dos estabelecimentos com agricultura orgânica (Tabela 3).

É importante registrar também que os produtores sem área totalizam 0,3% dos estabelecimentos agropecuários com produção orgânica no país, sendo esse valor semelhante em todas as regiões. Como consequência disso, estima-se que esses dados escondam virtualmente um número expressivo de produtores orgânicos informais, uma vez que nesse grupo encontram-se extrativistas de matas e florestas, produtores em vazantes de rios, produtores de mel sem área, entre outros (conforme já mencionado na introdução). Vale destacar que ainda que essa proporção esteja abaixo do percentual nacional (que fica em 0,7%), isso evidencia que há algum nível de

dificuldade de acesso à terra entre os agricultores orgânicos também.

Em relação ao gênero do produtor que dirige o estabelecimento agropecuário com agricultura orgânica, ainda há forte predominância masculina (Tabela 4). Em âmbito nacional, as mulheres são responsáveis por apenas 20,7% das unidades produtivas orgânicas, um valor ligeiramente maior em comparação ao contexto nacional dos dados do Censo (18,7%). Essa proporção se mantém ligeiramente semelhante em todas as regiões, sendo que o Nordeste se destaca pelo maior percentual de mulheres à frente do estabelecimento agropecuário com agricultura orgânica (24%).

Algumas pistas sobre essa expressão ligeiramente maior de mulheres à frente dos estabelecimentos com agricultura orgânica podem embasar-se no protagonismo das mulheres nesses sistemas produtivos. Isso porque a conquista de maior autonomia da mulher, bem como a igualdade no acesso aos recursos produtivos (terra, crédito, formação técnica) e das políticas públicas, são bandeiras de luta que estão no âmago de diversos movimentos sociais, particularmente aqueles que têm estreita

TABELA 3 – Distribuição dos estabelecimentos orgânicos por condição do produtor em relação às terras no Brasil.

Condição do produtor em relação às terras	Uso da agricultura orgânica	%
Proprietário(a)	52.969	81,9
Concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva	4.429	6,8
Arrendatário(a)	1.834	2,8
Parceiro(a)	1.263	2,0
Comodatário(a)	2.305	3,6
Ocupante	1.711	2,6
Produtor(a) sem área	179	0,3

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

TABELA 4 – Distribuição em termos de gênero do produtor que dirige o estabelecimento com agricultura orgânica.

Brasil e Grande Região	Perfil do responsável pelo estabelecimento			
	Homens	%	Mulheres	%
Brasil	50.996	79,3	13.326	20,7
Norte	6.323	79,9	1.593	20,1
Nordeste	12.664	76,0	3.998	24,0
Sudeste	15.847	81,4	3.631	18,6
Sul	10.661	79,1	2.809	20,9
Centro-Oeste	5.501	80,9	1.295	19,1

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

relação com a agroecologia⁸ (Ipea, 2013; Sili-prandi, 2009). Nessa ótica, diversos estudos que analisam os processos de transição agroecológica e/ou conversão para produção orgânica⁹ revelaram que, na maioria dos casos analisados, as mulheres foram as principais responsáveis pela iniciativa ou processo decisório em direção à transição para uma agricultura orgânica (Karam, 2004; Okuyama *et al.*, 2012). Ainda que essa dinâmica não se reflita necessariamente sobre a responsabilidade legal da mulher sobre os estabelecimentos (ou seja, como proprietárias), estudos evidenciam o papel das agricultoras para dimensões mais amplas, tais como comercialização (Said & Moreira, 2015), gestão das agroindústrias (Lopes & Porto, 2020) e participação

em espaços públicos ou de representação como associações e sindicatos (Silva, 2016).

Em termos de perfil etário dos agricultores orgânicos, as variações das faixas de idade nesses estabelecimentos seguem um padrão bastante semelhante aos dados nacionais do Censo. No âmbito da agricultura orgânica (Figura 4), a classe de maior destaque corresponde à idade entre 55 a menos de 65 anos, (25,3%), seguida pela faixa de 45 a menos de 55 anos (24,2%). Fica evidente o baixo contingente de agricultores abaixo de 35 anos, os quais são responsáveis por apenas 9,9% dos estabelecimentos agropecuários orgânicos. Essa tendência fica evidente em todas as regiões, sendo que o Norte e Nordeste apresentam os maiores

⁸ Agricultura orgânica e agroecologia são vistas como sinônimos apenas à luz das normas que regem a agricultura orgânica. Porém, tanto sob o ponto de vista conceitual quanto de movimentos sociais, elas representam contextos distintos, mas que podem ter intersecções, particularmente a partir da promulgação da Lei 1.083. Pode-se dizer, entretanto, que materializam diferentes “estilos de agricultura” e “têm seus fundamentos em paradigmas distintos” (Abreu *et al.*, 2012, p. 144), ou mesmo que assumiram “múltiplas identidades” (Schmitt *et al.*, 2017).

⁹ Foge ao escopo deste artigo uma discussão teórica acerca das diferenças conceituais entre transição agroecológica e conversão orgânica. Mas a leitura dos autores, nesse contexto, é de que o processo de conversão orgânico está relacionado a ajustes e adaptações do sistema de produção conforme preconizado pela legislação de orgânicos. Já a transição agroecológica é um processo muito mais amplo (que supera os aspectos produtivos) e que não necessariamente está enquadrado nas normas de produção orgânica. Esse é um dos motivos pelos quais se menciona, na introdução deste artigo, a problemática da invisibilização de um conjunto de agricultores que conduzem seus sistemas de produção dentro da perspectiva agroecológica, porém de forma distinta a um sistema orgânico de produção (e, por isso, não são considerados como “em conformidade com a produção orgânica”).

contingentes de jovens (16,4% e 12,3%, respectivamente). De acordo com Castro *et al.* (2017), ainda que o decréscimo dessa população represente uma limitação, as produções orgânica e agroecológica constituem-se como importantes sistemas produtivos que vêm sendo considerados pela juventude do campo. Portanto, embora haja problemas de sucessão familiar também no contexto da produção orgânica, esse sistema de produção parece representar uma importante alternativa de permanência no campo para os jovens, particularmente em termos de autonomia.

Em relação à orientação técnica (Ater), os dados evidenciam que a grande maioria dos estabelecimentos agropecuários com produção orgânica não tem acesso a tais serviços (75,8%), valor semelhante ao geral dos estabelecimentos no país (79,8%). Por sua vez, dentre os 15.679 (24,2%) estabelecimentos orgânicos que recebem orientação técnica, desta-

ca-se o serviço de origem governamental (7.753) e aqueles de origem própria (4.929)¹⁰. Em termos regionais, todas as macrorregiões seguem o mesmo padrão nacional, sendo que Sul lidera com a maior proporção de acesso (34,6%) (Tabela 5).

Nesse contexto, Diesel e Dias (2016) argumentam que apesar de a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), implantada a partir de 2004, preconizar o incentivo e apoio a processos de transição agroecológica, na prática houve diversas fragilidades nesses processos, particularmente em função da complexidade e heterogeneidade do público atendido, mas também da falta de ajustes das estratégias para o scale up da produção orgânica/agroecológica. Isso evidencia uma limitação para a agricultura orgânica e pode fornecer pistas acerca da baixa proporção de acesso dos estabelecimentos orgânicos à orientação técnica apontada nos dados do Censo 2017.

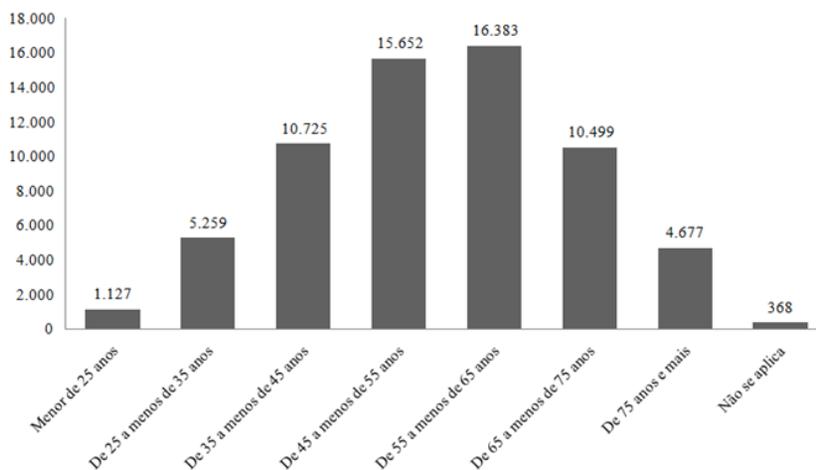


FIGURA 4 – Distribuição de estabelecimentos orgânicos no Brasil, por classe de idade do produtor que administra.

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

¹⁰ Tendo em vista que muitos produtores acessam mais de um tipo de orientação técnica, a proporção de cada uma delas não é adequada para ser usada na análise comparativa.

TABELA 5 – Distribuição dos estabelecimentos agropecuários orgânicos por orientação técnica recebida.

Orientação técnica recebida	Brasil e Grande Região					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Recebe	15.679	1.090	2.909	5.368	4.692	1.620
Governo (federal, estadual ou municipal)	7.753	759	1.520	2.517	2.202	755
Própria ou do próprio produtor	4.929	212	879	2.043	1.193	602
Cooperativas	2.296	105	271	611	1.088	221
Empresas integradoras	823	15	84	196	482	46
Empresas privadas de planejamento	189	10	25	57	83	14
Organização não governamental (ONG)	486	27	161	88	161	49
Sistema S	308	20	81	120	34	53
Outra	762	34	137	308	231	52
Não recebe	49.011	6.845	13.801	14.298	8.861	5.206

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

No que se refere à participação em organizações coletivas, os dados revelam que há uma limitação de acesso também no contexto da agricultura orgânica (Tabela 6). No Brasil, apenas 37% dos estabelecimentos agropecuários com agricultura orgânica são vinculados a alguma entidade de classe, valor ligeiramente menor que a proporção nacional de estabelecimentos recenseados (39,4%). Proporção semelhante é encontrada em todas as regiões, sendo que o Nordeste apresenta a maior proeminência na participação social (44,4%). Já dentre os 23.963 estabelecimentos que são associados, lideram aqueles ligados a sindicatos (9.759), seguido pela vinculação a associações ou movimento de produtores (7.887).

No contexto da certificação, particularmente no caso das OPAC, a “participação social tem uma importância fundamental para a diminuição dos

efeitos de exclusão e outros efeitos negativos que a regulamentação poderia causar à rede de produção orgânica” (Alves *et al.*, 2012, p. 26). Nessa lógica, a baixa adesão à participação social por parte dos agricultores orgânicos representa mais um desafio para a expansão e o fortalecimento da produção orgânica no Brasil.

3. A dinâmica dos cadastros de orgânicos no MAPA

Se por um lado o Censo Agropecuário 2017 possibilitou traçar um perfil socioeconômico dos estabelecimentos com produção orgânica no país em 2017, por outro lado esses dados não permitem análises da dinâmica e evolução do setor. Em contrapartida, os dados do CNPO possibilitam a

TABELA 6 – Distribuição dos estabelecimentos agropecuários orgânicos por associação a Cooperativa ou Entidade de Classe¹¹.

Associação do produtor à cooperativa e/ou à entidade de classe	Brasil e Grande Região					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
É associado	23.963	2.983	7.413	6.883	4.750	1.934
Cooperativa	7.345	410	571	2.493	3.192	679
Entidade de classe/sindicato	9.759	1.476	3.504	2.350	1.787	642
Associação/movimento de produtores	7.887	1.262	2.768	2.496	726	635
Associação de moradores	4.566	424	2.525	1.144	220	253
Não é associado	40.727	4.952	9.297	12.783	8.803	4.892

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

construção de uma série histórica dos cadastros de orgânicos no país, corroborando a hipótese de que a produção de orgânicos vem crescendo nos últimos anos. Embora os dados do CNPO e do Censo Agropecuário 2017 tratem da produção orgânica certificada, não é possível compará-los entre si, uma vez que são de naturezas distintas. Enquanto o primeiro se configura como um cadastro oficial do governo federal, o segundo faz parte de um levantamento censitário de todos os estabelecimentos em território nacional. O cadastro do MAPA é obrigatório para a produção orgânica e indica o número de cadastros (e não o de estabelecimentos), enquanto o Censo é auto declaratório e não exige nenhum tipo de comprovação. Uma terceira questão é que o marco temporal que define cada uma dessas bases de dados também é distinto. Os dados do Censo 2017 são referentes a um ano agrícola, enquanto a base de dados do Cadastro representa uma fotografia instantânea de um determinado mês do ano.

Considerando o mesmo recorte temporal de 2017, os dados do MAPA evidenciam que o núme-

ro de cadastros de produtores orgânicos passou de 14.294 para 17.062, o que representa um aumento de 19% no período de um ano (Figura 5).

Ampliando ainda mais a série histórica, é possível notar um aumento de 10.739 cadastros de orgânicos entre janeiro de 2017 e janeiro de 2022, o que representa um incremento de 75% em quatro anos. A Figura 6 ilustra esse aumento, evidenciando padrão semelhante para as três categorias de acreditação. Mas é possível destacar que, dentre elas, a que mais aumentou foi via OPAC, com uma taxa de crescimento de 145% entre 2017 e 2022 (passando de 3.613 para 8.841 certificados).

Os dados mais recentes do CNPO (MAPA, 2022) demonstram que, em termos regionais, o Sul lidera com 9.627 cadastros, seguido pelo Nordeste com 7.944. Por outro lado, a região menos expressiva é o Norte, com 2.559 cadastros. Já em relação ao contexto estadual, o Rio Grande do Sul corresponde ao estado com o maior número de cadastros (3.996), seguido pelo Paraná (3.899) e São Paulo (2.054). Em quarto lugar encontra-se Santa Cata-

¹¹ Assim como no caso da Ater, vários estabelecimentos se vinculam a mais de uma entidade, por isso a proporção de cada um não é adequada para ser usada na análise comparativa.

rina (1.732 cadastros) e em quinto o Pará (1.631). Em contrapartida, o estado com menor número é o Tocantins, com apenas oito.

Do total de produtores orgânicos, a maioria corresponde a cadastros via entidades certificadoras (11.103 produtores, o que equivale a 45% do total de orgânicos), enquanto 8.841 correspondem a ca-

dadros via OPAC (35,3%) e 5.042 correspondem a cadastros via OCS (20,1%). O ranking das entidades com os maiores montantes de cadastros pode ser visualizado na Figura 7. De forma mais específica, a Associação Ecovida de Certificação Participativa é a maior do país dentre todas as OPAC, com 5.329 cadastros de produtores, seguida pela Rede Povos

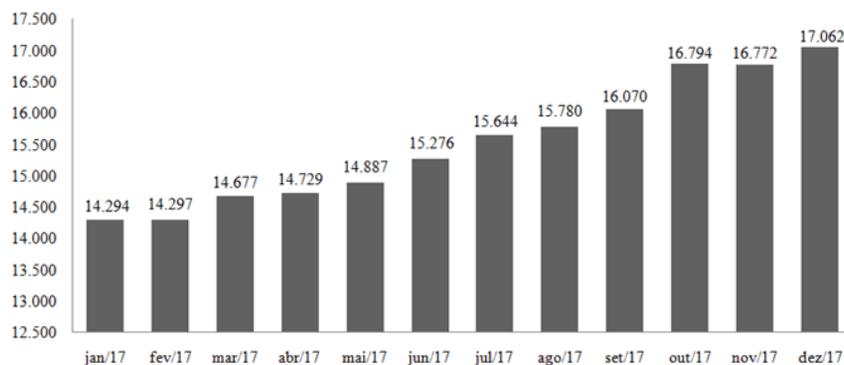


FIGURA 5 – Evolução dos cadastros de orgânicos no MAPA ao longo do ano de 2017.

FONTE: Elaborado a partir de CNPO – Janeiro a Dezembro de 2017 (MAPA, 2021¹²)

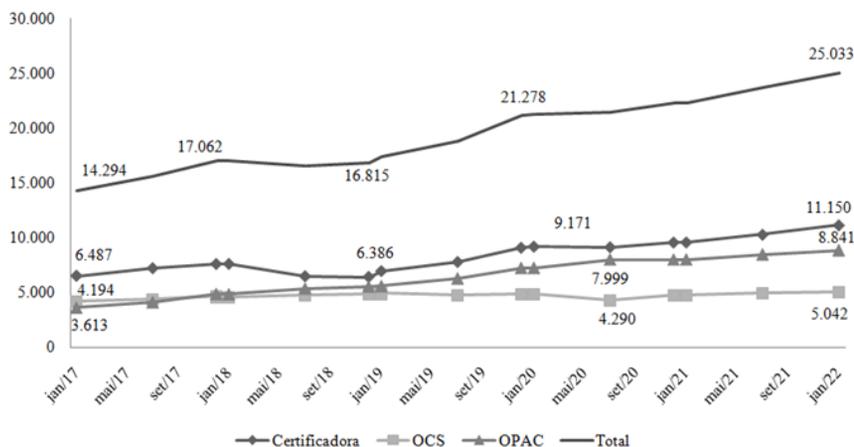


FIGURA 6 – Evolução dos cadastros de orgânicos no MAPA entre os anos de 2017 e 2021.

FONTE: elaborado a partir de CNPO – jan/2017 a jul/2021 (MAPA, 2021¹³).

¹² Série histórica obtida por meio de solicitação junto ao MAPA.

¹³ Série histórica obtida por meio de solicitação junto ao MAPA.

da Mata (850) e pela Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO), com 390 cadastros. Já no âmbito das Certificadoras, quem lidera o ranking é a IBD (6.245 cadastros), seguido pela Ecocert Brasil Certificadora (2.509) e pelo Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), com 865 cadastros. Por fim, dentre as OCS, a entidade com maior número de cadastros é a Associação dos Produtores Rurais de Caruaru (ASPROC), com 131 cadastros, seguida pela Cooperativa das Associações dos Agricultores e Pecuaristas Familiares de Mirandiba (COOAFAM), com 125 cadastros de orgânicos, além da Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Compartimento da Borborema (114)¹⁴.

Ao contrário dos dados do Censo, a análise dos dados do CNPO não permite construir um perfil socioeconômico dos agricultores orgânicos no Brasil. Tampouco possibilita compreender seus sistemas de produção (características da produção

e área plantada). Por outro lado, consegue-se inferir a respeito da dinâmica dos cadastros ao longo do tempo e do espaço. A análise dos dados mais recentes deixa evidente que a maior parte dos cadastros de orgânicos está vinculada às Certificadoras, cuja proporção é muito semelhante aos cadastros via OPAC.

Já a análise da série histórica permite interpretar que os cadastros vinculados a Certificadoras e OPAC vêm passando por expansões significativas nos últimos anos, particularmente as OPAC. Ao mesmo tempo, os cadastros via OCS mostram-se muito menos expressivos, haja vista o aumento tímido de 20% desde 2017. Uma das possíveis explicações para esse cenário é que a credibilidade via OCS não permite a utilização do selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (não dá direito ao selo de orgânico). Possibilita, portanto, apenas a comercialização direta (que fica restrita a feiras e compras institucionais), o que pode ser um



FIGURA 7 – Ranking das entidades com maior número de cadastros de orgânicos no MAPA.

FONTE: elaborado a partir de CNPO – jan. de 2022 (MAPA, 2022).

¹⁴ Cabe mencionar que recentemente foi atualizada a regulamentação para produção de orgânicos (Portaria nº 52, de 15 de março de 2021), o que pode alterar a dinâmica dos cadastros. Isso merece esforços analíticos futuros que busquem compreender esse novo contexto.

motivador para que muitos agricultores busquem aderir à certificação em detrimento do Controle Social. Por outro lado, vale ressaltar que em muitos estados, como Roraima, Sergipe, Rio Grande do Norte e Paraíba, prevalece o mecanismo de controle social para venda direta (MAPA, 2022). Uma possível explicação é que nesses casos ele se constitui como um importante meio de acesso a canais de comercialização para agricultores com maiores dificuldades de adentrar aos mecanismos de certificação (ou mesmo a outras formas de mercados).

4. Tendências do consumo de alimentos e produtos orgânicos

Ao contrário das coletas de dados sobre produção orgânica que vêm sendo mantidas ao longo dos dois últimos Censos agropecuários, não há estatísticas oficiais sobre o consumo de orgânicos em âmbito nacional¹⁵. Considerando isso, uma aproximação possível do panorama de consumo de orgânicos no Brasil foi realizada pela Associação de Promoção dos Orgânicos (Organis) nos anos de 2017, 2019 e 2021. Para a pesquisa de 2021, os questionários foram aplicados em todas as regiões, nas seguintes capitais: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, Manaus, Goiânia e Brasília. Foram entrevistadas 987 pessoas, acima de 18 anos e responsáveis pela compra de itens da residência. As amostras foram definidas com base na proporção populacional de cada cidade (método Proporção Proporcional ao Tamanho).

Os resultados indicam que 31% dos entrevistados haviam consumido algum produto orgânico naquele mês, enquanto 8% haviam consumido orgânicos nos últimos 6 meses. Nos levantamentos anteriores esses dados haviam sido de 15% e 19% (em 2017 e 2019, respectivamente). Dentre aqueles que consumiram no último mês, o Centro-Oeste e o Sul foram as regiões que apresentaram a maior proporção relativa (39%), enquanto o Norte apresentou a menor (15%). As motivações principais para o consumo de orgânicos baseiam-se na saúde, seguida pela melhor qualidade do produto. A região Sul é a maior consumidora de produtos orgânicos, sendo obtidos em supermercados (48%) seguida por feiras (47%). O estudo também evidenciou que, dentre aqueles que não consumiram orgânicos nos últimos 30 dias, a principal motivação está no preço dos produtos (59%), seguida pela dificuldade de acesso (24%) (Organis, 2021a).

Concomitantemente, uma pesquisa semelhante (porém com menor detalhamento e perfil distinto de entrevistados) foi realizada pelo Sebrae em 2018. A pesquisa foi realizada junto à cadeia produtiva das empresas do setor de alimentação e apontou que há uma divisão entre aqueles que compram produtos orgânicos (47%) e os que não compram (53%). De acordo com a pesquisa, as maiores limitações para a compra desses alimentos estão nos preços mais altos, na pequena diversidade de produtos ofertados e na falta de regularidade das entregas (Sebrae, 2018).

Embora não seja possível uma comparação entre as duas pesquisas, fica clara uma tendência de comercialização mais expressiva por cadeias curtas

¹⁵ À luz dessa questão, a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), também realizada pelo IBGE, tem potencial para apresentar informações sobre consumo, mas traz informações ainda muito incipientes acerca do consumo de orgânicos pelas famílias. Ainda que esse detalhamento mostre-se um enorme desafio para levantamentos em maior escala, pesquisas como a da POF apresentam alto potencial futuro, se ajustadas em termos metodológicos para estudos de consumo de orgânicos em nível nacional.

(feiras e vendas diretas). Para se ter uma ideia da expressividade dessa forma de comercialização, um mapeamento das feiras no Brasil vem sendo realizado pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor desde 2015. Tal levantamento aponta que o número de registros passou de 262 pontos de feira em janeiro de 2015 para 1.044 em 2022 (Idec, 2022), indicando um aumento de quase 300% em sete anos. Não é possível, entretanto, determinar a real expansão desses pontos de comercialização ao longo do referido período, uma vez que muitas dessas feiras já existiam antes da criação da plataforma. Ao mesmo tempo, é possível afirmar que a criação da plataforma dá visibilidade a essa forma de comercialização e permite uma maior aproximação entre consumidores e produtores, além de potencializar a criação de novos pontos de comercialização.

Ainda de acordo com o mapeamento, todas as regiões apresentam registros de pontos de feiras orgânicas/agroecológicas, cabendo destacar a Região Sudeste com o maior número (405), seguido pelas Regiões Sul (268) e Nordeste (244). É interessante notar que a proeminência da Região Sudeste em termos de pontos de comercialização vai ao encontro da sua expressividade em termos de número de estabelecimentos com produção orgânica evidenciado pelo Censo. A partir disso, é possível considerar que essa relação direta entre a alta proporção de estabelecimentos com produção orgânica (apontada pelo Censo) e o número elevado de pontos de comercialização (apontado pelo Idec) abre margem para novas investigações. Isso porque muitas iniciativas de vendas possivelmente não estão contempladas no levantamento e talvez seja necessária uma prospecção mais aprofundada empiricamente.

Mas para além de estabelecer uma relação de causa-efeito entre feiras e a presença de estabelecimentos agropecuários (que não é possível de ser feita apenas com os dados disponíveis), é fato que as feiras livres representam hoje espaços importantes de comercialização de orgânicos. Nesse sentido, para além do próprio interesse dos consumidores nesses espaços de comercialização, Niederle (2017, p. 184) argumenta que muitos movimentos e organizações “propõem a construção de mercados territorializados, redes alternativas que podem favorecer a inclusão de agricultores menos capitalizados e, ao mesmo tempo, permitir o acesso a alimentos agroecológicos para consumidores com menor poder aquisitivo”.

Um aspecto em comum entre os levantamentos da Organisa e do Sebrae que chama a atenção diz respeito à baixa proporção de preferência pelo comércio eletrônico (tanto por parte dos produtores quanto dos consumidores). Entretanto, ainda que as estatísticas disponíveis apontem para uma baixa relevância dessa forma de comercialização, tal dinâmica poderia ter sofrido alterações expressivas diante do contexto da pandemia do SARS-CoV-2, conforme estão sugerindo alguns estudos.

Um trabalho sobre as plataformas digitais de comercialização da agricultura familiar no Brasil em tempos de COVID-19 pode ser visualizado em Gazolla e Aquino (2021). Foi realizado um levantamento e análise de trinta e oito iniciativas de comercialização digital da agricultura familiar distribuídas em todas as regiões do território nacional. Guardadas as heterogeneidades regionais, os autores evidenciaram que, dentre todas as plataformas digitais de comercialização estudadas, os alimentos orgânicos (*in natura* e agroindustrializados) correspondiam a 52,12% do total de

alimentos e produtos ofertados via plataformas digitais que foram avaliados (somando produtos *in natura*, agroindustrializados e bebidas). Uma conclusão relevante a partir desse estudo é que a participação dos produtos orgânicos se mostra bastante expressiva dentro das plataformas digitais de comercialização da agricultura familiar. Os autores também interpretam que a pandemia de COVID-19 potencializou ou até mesmo acelerou os processos de comercialização via plataformas digitais. Assim, pode-se lançar como hipótese que os consumidores passaram a comprar mais alimentos orgânicos de forma digital e que isso incrementou o seu consumo nos mercados, o que vai ao encontro dos indicativos de crescimento apontados pela Organix.

Independentemente dos meios de comercialização, as evidências apontam para um crescimento dos mercados de orgânicos no Brasil, sobrepujados pela demanda. Os dados mais recentes da Organix apontam que os mercados de orgânicos quadruplicaram suas vendas entre 2003 e 2017. Se em 2019 esse crescimento havia sido de 15%, surpreendentemente, em 2020, esse incremento foi de 30%. Estima-se que esses mercados movimentaram cerca de R\$ 5,8 bilhões, mesmo diante dos desafios da pandemia (Organix, 2021b). Se uma primeira análise desses dados aponta para a tendência de crescimento, cabe uma investigação mais aprofundada para compreender como, onde e por que se dá essa expansão nas diferentes regiões e tipos de mercados.

5. Reflexões e perspectivas sobre os mercados de orgânicos no Brasil

Buscando responder aos questionamentos iniciais propostos neste artigo, nas três seções an-

teriores foram sistematizados e, na medida do possível, traçadas interpretações acerca das múltiplas dimensões que permeiam a produção e o consumo de orgânicos no Brasil. A partir disso, foram construídas algumas reflexões acerca não só da coleta e disponibilização dos dados, mas particularmente dos limites para as suas interpretações.

A primeira reflexão relevante diz respeito à quantificação dos produtores orgânicos. Tomando como base o fato que os dados do CNPO se constituem como estatísticas oficiais vinculadas à produção orgânica no Brasil, atualizadas continuamente pelo governo federal, é possível deduzir uma imprecisão na estimativa dos produtores orgânicos a partir dos dados do Censo. Isso porque, conforme mencionado anteriormente, as informações coletadas são auto declaratórias e exigem interpretações do questionário tanto por parte dos recenseadores quanto dos agricultores, abrindo margem para inconsistências quantitativas no contexto da agricultura orgânica. Disso implica afirmar que os dados do Censo permitem muito mais uma aproximação em termos de perfil dos produtores orgânicos do que sua quantificação propriamente dita.

Outro aspecto que cabe ser destacado é que os dados apurados pelo IBGE representam uma imagem cristalizada de um dado momento e não um processo dinâmico, como pode ser interpretada a agricultura orgânica e suas especificidades (ecológica, agroecológica, biodinâmica, natural, entre outros). Isso significa que não é possível pensar a agricultura orgânica como algo estático, possível de ser quantificado de forma pontual (tal como a área do estabelecimento ou a idade da pessoa responsável pelo estabelecimento agropecuário) para dar conta da sua interpretação. As experiências em produção orgânica são protagonizadas por grupos,

famílias, comunidades ou associações de forma diferenciada e multifacetada, com diferentes níveis tecnológicos, formas de organização socioprodutiva e modos de vida (Londres; Martins; Petersen, 2017; Schmitt *et al.*, 2020). Nesse sentido, há questões muito heterogêneas que estão omitidas nos resultados do Censo e que a simples análise superficial dos resultados não dá elementos suficientes para a compreensão da complexidade inerente à produção orgânica enquanto processo social (Martins, 2020; Schmitt; Cortines, 2020).

À luz dessa reflexão, um trabalho relevante de ser destacado sobre a heterogeneidade da produção orgânica e agroecológica está no recente levantamento, realizado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), de 25 Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica em nível nacional. Essas redes representam experiências protagonizadas por organizações da sociedade civil e que se articulam nos territórios de tal forma a potencializar políticas públicas (Schmitt *et al.*, 2020). Ainda que pareça um recorte bastante limitado e não se equipare à integralidade e amplitude do Censo, se reconhece que esse levantamento representa um termômetro da conformação da produção orgânica e agroecológica no Brasil. O estudo evidencia, antes de tudo, a existência de um processo amplo e variado de configuração dos atores sociais envolvidos na produção orgânica e agroecológica em todo o território nacional.

Um achado interessante a partir da análise dos dados da ANA é que os grupos sociais que configuram essas redes se enquadram em categorizações “expandidas” (para além daquelas preconizadas no Censo). Nesse sentido, apontam para a participação, na agricultura orgânica, agroecológica e extrativismo, dos seguintes grupos sociais: agricultores

familiares, camponeses, assentados de reforma agrária, trabalhadores rurais, povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, vazanteiros, caatingueiros e comunidades de fundos de pasto). Obviamente essa discussão não invalida em nenhum momento a metodologia do Censo, mas problematiza o fato de que muitos grupos sociais não se enquadram nas categorias propostas pelo IBGE em termos do delineamento do perfil da agricultura orgânica nesse levantamento. Como já apontava Brandenburg (2002, p. 14), “o agricultor ecológico não constitui uma categoria social homogênea”. Portanto, seja em termos de posse da terra (pois em alguns casos a gestão das terras é comunitária) ou na própria categoria agricultura familiar, isso pode gerar dificuldades de enquadramento no Censo.

A segunda dimensão analisada neste artigo remete à evolução da produção orgânica ao longo do tempo. Nessa perspectiva, foram revelados ao menos dois elementos importantes em termos tanto da oferta quanto da demanda de orgânicos:

- a) a expansão da oferta;
- b) um descompasso pouco claro entre a oferta e demanda crescente desses alimentos nos mercados internos.

Em relação à primeira revelação, os dados históricos do MAPA são bastante precisos ao indicar o aumento do número de cadastros nos últimos anos, o que implica afirmar que vem ocorrendo uma expansão da oferta de orgânicos nos mercados internos. Ademais, a própria expansão dos movimentos em torno da agroecologia, do comércio local e digital, funciona como termômetro para indicar o incremento da oferta de alimentos orgânicos no país.

Já no que tange à segunda revelação, os dados do CNPO também permitem concluir algumas dinâmicas em relação à produção orgânica. A primeira é que, tendo em vista que os cadastros são separados por escopo de atividade, nota-se que muitos produtores apresentam mais de uma certificação, tendo em vista que há uma tendência de aumento do número de agroindústrias e do processamento de alimentos orgânicos (o que exige uma nova entrada de certificação junto ao MAPA). Isso adiciona mais uma camada à dinâmica da agricultura orgânica: de que, para além da expansão das áreas de produção, há uma tendência de muitos sistemas de produção (cuja representatividade ainda não está bem clara) ao direcionamento para a agroindustrialização dos produtos. Isso permite tanto a inserção em outros mercados (Schmitt *et al.*, 2020), em contraponto aos alimentos ultraprocessados provenientes da indústria alimentícia, quanto a agregação de valor ainda maior dos produtos por meio do processamento dos alimentos *in natura* (Gazolla; Lima; Brignoni, 2018).

Por fim, ainda que os dados apontem para uma expansão tanto da oferta quanto da demanda de orgânicos, aparentemente a demanda é maior do que a oferta (Agência Brasil, 2008; Sebrae, 2015). Se, por um lado, isso estimula a expansão da produção orgânica, por outro pode criar lacunas de oferta a partir do momento em que a produção não consegue suprir a demanda nos mercados. Algumas interpretações surgem a partir desse contexto. A primeira é de que uma parte da produção acaba sendo destinada ao mercado externo. A título de exemplo, há um número considerável de produtores orgânicos, não necessariamente cadastrados junto ao MAPA, que possuem certificação internacional. Os produtos são certificados exclusivamente por entidades

internacionais e exportados para os Estados Unidos e a União Europeia, principalmente. Atualmente há 741 produtores certificados que comercializam exclusivamente via exportações e que são registrados junto ao United States Department of Agriculture (USDA). Os principais produtos orgânicos exportados para o EUA são o café, mel, açaí e açúcar (USDA, 2022).

Ademais, há também um número considerável de produtos orgânicos que vêm de fora do país para abastecer o mercado brasileiro, uma vez que a produção interna não supre a demanda. Os dados mais recentes do CNPO (MAPA, 2022) indicam que há 953 certificações de orgânicos para produtos importados, provenientes de 23 países. Os alimentos importados vão desde produtos provenientes de espécies características de outros países (como amaranto, quinua, agave, damasco, azeite de oliva, tâmara e colza) até alimentos comumente produzidos em território nacional (amendoim, arroz, trigo, soja, vinho, tomate, maçãs, milho e até feijão).

Fica evidente, portanto, que estão ocorrendo dinâmicas nos mercados brasileiros de orgânicos que não estão sendo totalmente cobertas pelas estatísticas oficiais. Tanto considerando que o MAPA não realiza levantamentos específicos em termos de exportação e importação dos alimentos orgânicos, mas também levando em conta que o último levantamento do IBGE dispensou a coleta de dados referente à área plantada, quantidade produzida e vendida, valor de produção e de venda dos produtos orgânicos. Isso cria uma enorme lacuna sobre os mercados de orgânicos (para além das características de produção) que não permite compreender plenamente as suas dinâmicas. Neste sentido, há necessidades de melhorias das bases estatísticas nacionais, até para operar melhor as políticas pú-

blicas para os mercados orgânicos e, enquanto isso não ocorrer, desenvolver-se estudos empíricos e abrangentes nas macrorregiões brasileiras.

6. Considerações finais

O presente artigo teve por objetivo contribuir para a compreensão da realidade da agricultura orgânica ao apresentar as características socioeconômicas dos agricultores, os perfis da produção e da certificação, bem como o comportamento dos mercados orgânicos, tanto pelo lado da oferta quanto do consumo. A partir das informações coletadas, buscou-se também compor evidências que fundamentem a tese de que, assim como vem sendo observado mundialmente, esteja ocorrendo um aumento da produção orgânica no país, acompanhada também por um incremento no consumo desses alimentos e produtos.

Procurou-se ressaltar que o Censo Agropecuário constitui uma estatística essencial para se compreender o contexto rural e, com os recentes levantamentos dos estabelecimentos agropecuários que fazem uso da produção orgânica, abrem-se novas perspectivas de estudos sobre essa dimensão da realidade no país. Por outro lado, tendo em vista que há grandes limitações metodológicas ao se comparar os dois últimos Censos (2006 e 2017), não é possível explicar dinâmicas de ampliação ou retração da produção orgânica no Brasil a partir desses dados. É possível apenas construir um perfil abrangente desse conjunto sem, entretanto, captar a sua heterogeneidade ou complexidade inerente a ela enquanto processo social. Diante disso, pode-se afirmar que os dados do IGBE, mais do que encerrar uma interpretação da dinâmica da produção orgâni-

ca no Brasil, abrem diversas perspectivas analíticas a partir das lacunas identificadas.

Já o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, por sua vez, representa uma base de dados preciosa para analisar a variação dos cadastros de orgânicos ao longo do tempo e do espaço. Mas, conforme ressaltado, essa base de informações também não pode ser comparada inadvertidamente ao levantamento do Censo, haja vista ao fato de a natureza dos dados e metodologias de obtenção dos mesmos ser completamente distinta.

A partir dessas duas bases de dados analisadas, podem ser destacados como principais achados o fato de que o perfil médio do agricultor orgânico se enquadra na categoria agricultura familiar, com renda bruta anual de até R\$ 20 mil e área até 20 ha. Além disso, a maioria dos estabelecimentos é gerida por homens, geralmente entre 35 e menos de 75 anos, e dedicada à produção exclusivamente vegetal. Entre as dificuldades enfrentadas pelos agricultores orgânicos, é possível citar o baixo acesso a orientação técnica, limitada participação social e menor incidência de mulheres e jovens à frente da gestão do estabelecimento. Já a análise dos dados do MAPA aponta para um crescente número de cadastros desde 2017, com destaque para a certificação via OPAC, que apresentou o maior crescimento dentre as três modalidades.

Em termos de consumo, o artigo também evidenciou que são raros e poucos os dados sobre a demanda por alimentos e produtos orgânicos, os quais poderiam ser incorporados pelas estatísticas oficiais como a POF. Não obstante, as informações disponíveis revelam que o crescimento do consumo de orgânicos vem aumentando consideravelmente, inclusive com expansão de outras formas de comercialização, como feiras e mercados digitais.

Ademais, há fortes indícios de que existe um descompasso entre oferta e demanda no mercado interno de orgânicos, indicando que possivelmente a demanda ultrapasse a oferta. Aponta-se como hipóteses para explicar esse desequilíbrio a alta demanda para exportação de alimentos orgânicos (particularmente para os mercados norte americano e europeu), além de uma possível destinação energética por parte dos produtores para a agregação de valor em detrimento da expansão de áreas.

Diante desse cenário, é urgente a produção de dados coerentes e mais estruturados acerca dos mercados orgânicos, pois permitiriam, além de evidenciar a heterogeneidade desses sistemas de produção, avaliar no longo prazo a trajetória e dinâmica de produção e consumo de orgânicos no país. Além disso, deve ser evidenciada a complexidade do tema enquanto um processo social e que necessita ser observado com mais profundidade analítica tanto pela comunidade técnico-científica quanto política. No caso do IBGE, particularmente, sugere-se a ampliação das dimensões apuradas em termos de produção orgânica, além de ajustes metodológicos que possibilitem comparações históricas entre recenseamentos consecutivos.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento do projeto “Mercados alimentares digitais no Brasil: inovações, dinâmicas e limites das experiências de comercialização online de alimentos da agricultura familiar no contexto da pandemia da Covid-19” através da Chamada 04/2021 (Processo 303942/2021-5). Ao Instituto Brasileiro de Geo-

grafia e Estatística (IBGE), pela disponibilização de informações complementares a respeito da metodologia de coleta dos dados do Censo Agropecuário, bem como à Coordenação de Produção Orgânica pela viabilização da série histórica do Cadastro Nacional.

Referências

Abreu, L. S.; Bellon, S.; Brandenburg, A.; Ollivier, G.; Lamine, C.; Darolt, M. R.; Aventurier, P. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 26, 143-160. 2012. doi: 10.5380/dma.v26i0.26865

Agência Brasil. *Demanda por orgânicos é maior do que a oferta, diz produtora rural*. 2008. Disponível em: <https://agencia-brasil.jusbrasil.com.br/noticias/579819/demanda-por-organicos-e-maior-do-que-a-oferta-diz-produtora-rural>. Acesso em: jul. 2021.

Alves, A. C. O.; Santos, A. L. S.; Azevedo, R. M. M. C. Agricultura orgânica no Brasil: sua trajetória para a certificação compulsória. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 7(2), 19-27, 2012.

Brasil. *Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007*. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Brasília: DOU de 28/12/2007.

Brandenburg, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 6, 11-28. 2002.

Caporal, F. R.; Costabeber, J. A. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília, MDA/SAF/DFATER-II-CA, 2004.

Castro, E. G.; Ferreira, A. T.; Serradourada, R. N.; Carvalho, E. *In: Sambuichi, R. H. R.; Moura, I. F.; Mattos, L. M.; Ávila, M. L.; Spínola, P. A. C.; Silva, A. P. M. da (Orgs.). A Política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

(IPEA), 2017.

Coletto, T. D.; Filho, C. F. S.; Benedicto, S. C.; Ferrari, V. E. Family agriculture as a means for sustainable local development in Brazil. *International Journal of Development Research*, 11(5), 47093-47100, 2021. doi: 10.37118/ijdr.21835.05.2021

Del Grossi, M. E.; Florido, A. C. S.; Rodrigues, L. F. P.; Oliveira, M. S. Comunicação de pesquisa: delimitando a agricultura familiar nos censos agropecuários brasileiros. *Núcleo de Estudos de Economia Catarinense*, 8(16), 2019.

Diesel, V.; Dias, M. M. The Brazilian experience with agroecological extension: a critical analysis implementation of reform in a pluralistic extension system. *The Journal of Agricultural Education and Extension*, 22(5), 415-433, 2016. doi: 10.1080/1389224X.2016.1227058

Gazolla, M.; Aquino, J. R. Reinvenção dos mercados da agricultura familiar no Brasil: a novidade dos sites e plataformas digitais de comercialização em tempos de Covid-19. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 29(2), 427-460, 2021.

Gazolla, M.; Lima, A. J. P.; Brignoni, C. Valor agregado em Sistemas Agroindustriais Familiares de Base Ecológica (SAFEs). *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 49, 239-263, 2018. doi: 10.5380/dma.v49i0.51681

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Questionário - Censo Agropecuário 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/downloads/censoagro2017/Quest_Censo_Agro_2017_Valores_10042017.pdf. Acesso em: dez. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Manual do Recenseador - Censo Agro 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc5537.pdf. Acesso em: dez. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: jul. 2020.

IBGE/SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. *Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos*. Rio de

Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/Censo-agropecuario/Censo-agropecuario-2017>. Acesso em: jul. 2020.

IDEC - Instituto de Defesa do Consumidor. *Mapa de Feiras Orgânicas - Estatísticas*. Disponível em: <https://feirasorganicas.org.br/estatisticas/>. Acesso em: jan. 2022.

IFOAM/FIBL. *The World of organic agriculture: Statistics & Emerging trends 2022*. Disponível em: https://www.fibl.org/fileadmin/documents/shop/1344-organic-world-2022_lr.pdf. Acesso em: mar. 2022.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Marcha das Margaridas: perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta*. 2013. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/pesquisa-ipea-marcha-das-margaridas.pdf>. Acesso em: jul. 2021.

Karam, K. F. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. *Revista estudos feministas*, 12(1), 2004. doi: 10.1590/S0104-026X2004000100016

Londres, F.; Martins, G.; Petersen, P. (Orgs). *Olhares agroecológicos: análise econômico- ecológica de agroecossistemas em sete territórios brasileiros*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017.

Lopes, H. R.; Porto, S. I. Dinâmicas territoriais de redes de agroecologia apoiadas pelo Programa Ecoforte: reflexões sobre histórias, práticas e Unidades de Referência. In: Schmitt, C. J.; Porto, S. I.; Lopes, H. R.; Londres, F.; Monteiro, D.; Petersen, P.; Silveira, L. *Redes de agroecologia para o desenvolvimento dos territórios: aprendizados do Programa Ecoforte*. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), 2020. p 107-185.

Martins, G. Agroecologia no litoral norte do Rio Grande do Sul: interpretações de um processo social emergente. Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe. *Cadernos de Agroecologia*, 15(2), 2020.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento. *Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO)*. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em: jan. 2022.

- Moraes, M. D.; Oliveira, N. A. M. Produção orgânica e agricultura familiar: obstáculos e oportunidades. *Revista Desenvolvimento Socioeconômico em Debate*, 3(1), 2017. doi: 10.18616/rdsd.v3i1.3372
- Niederle, P. A. Afinal, que inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. In: Delgado, G. C.; Bergamasco, S. M. P. P. (Orgs.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: MDA, 2017. p. 166-194.
- Okuyama, K. K.; Vriesman, A. K.; Rocha, C.H.; Weirich Neto, P. H.; Ribeiro, D. R. S. Estudo de caso da produção orgânica na região metropolitana de Curitiba: uma questão de gênero e a alternativa para a agricultura familiar. In: *Anais do CONEX*. Curitiba, junho de 2012.
- ORGANIS – Associação de Promoção dos Orgânicos. *Panorama do consumo de Orgânicos no Brasil 2021*. 2021a. Disponível em: <<https://organis.org.br/pesquisa-consumidor-organico-2021/>>. Acesso: jan. 2022.
- ORGANIS – Associação de Promoção dos Orgânicos *Organis apresenta crescimento do mercado brasileiro de orgânicos na Biofach eSpecial 2021*. 2021b. Disponível em: <<https://organis.org.br/organis-apresenta-crescimento-do-mercado-brasileiro-de-organicos-na-biofach-especial-2021/#:~:text=eSpecial%202021%20%E2%80%93%20Organis-,Organis%20apresenta%20crescimento%20do%20mercado%20brasileiro%20de%20org%C3%A2nicos%20na%20Biofach,de%20alimentos%20org%C3%A2nicos%20do%20mundo>>. Acesso: nov. 2021.
- Said, M. A.; Moreira, S. L. S. Mulheres e agroecologia: multiplicadoras agroecológicas transformando o Semiárido. *Coletânea sobre estudos Rurais e Gênero*. Brasília: MDA, 2015.
- Schmitt, C. J.; Niederle, P.; Ávila, M.; Sabourin, E.; Petersen, P.; Silveira, L.; Assis, W.; Palm, J.; Fernandes, G. B. La experiencia brasileña de construcción de políticas públicas em favor de la Agroecología. In: Sabourin, E.; Patroulilleau, M. M.; Le Coq, J. F.; Vásquez, L.; Nierdele, P. A. *Políticas públicas a favor de la agroecología en America Latina y El Caribe*. Porto Alegre: Red PP-AL-FAO, 2017, p. 73 - 122.
- Schmitt, C. J.; Cortines, A. C. O Programa Ecoforte no fortalecimento das redes de agroecologia e produção orgânica: interações, processos e resultados. In: Schmitt, C. J.; Porto, S. I.; Lopes, H. R.; Londres, F.; Monteiro, D.; Petersen, P.; Silveira, L. *Redes de agroecologia para o desenvolvimento dos territórios: aprendizados do Programa Ecoforte*. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), 2020.
- Schmitt, C. J.; Porto, S. I.; Lopes, H. R.; Londres, F.; Monteiro, D.; Petersen, P.; Silveira, L. *Redes de agroecologia para o desenvolvimento dos territórios: aprendizados do Programa Ecoforte*. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), 2020.
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *O mercado para os produtos orgânicos está aquecido*. 2015. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-mercado-para-os-produtos-organicos-esta-aquecido,5f48897d3f94e410VgnVCM-1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: jul. 2021.
- SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Pesquisa com produtores orgânicos 2018*. 2018. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Pesquisa%20com%20Produtores%20Org%C3%A2nicos%202018%20Sebrae_21.6.2018.pdf>. Acesso em: mar. 2021.
- Siliprandi, E. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no meio rural In: Petersen, P. (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: ASPTA, 2009, p. 139-152.
- Silva, F. R. F. Gênero, agroecologia e economia solidária: estudo de caso do grupo de mulheres do Acampamento Recanto da Natureza em Laranjeiras do Sul – PR. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 39, 115-132, 2016. doi: 10.5380/dma.v39i0.45697
- USDA – United States Department of Agriculture. *Organic Integrity Database*. Disponível em: <<https://organic.ams.usda.gov/integrity/>>. Acesso em: jan. 2022.